

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 12, de 2019

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Iniciativa:

Ementa:

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1864/2019, que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Com os seguintes convidados:

Procuradora-Geral da República;

Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin - Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ);

Douglas Ficher - Procurador Regional da 4ª Região;

Vladimir Barros Aras – Procurador Regional da República;

Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

Representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal (DPF);

Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

Ivan Lira de Carvalho - Juiz Federal da 5ª Vara do Rio Grande do Norte;

Deltan Dallagnol – Procurador da República;

René Ariel Dotti – Professor titular de Direito Penal da UFPR e advogado;

Gustavo Badaró – Doutor e Mestre em Direito Processual Penal pela USP;

Paulo Cesar de Freitas – Promotor de Justiça do MP-MG;

Wilman Rene Gonçalves Alonso – Coronel da PM-RJ;

Rogério Greco – Procurador de Justiça do MP-MG e Professor de Direito Penal da UVV;

José Darcy Santos Arruda – Delegado Geral da Polícia Civil do Espírito Santo e Professor de Direito Penal da Universidade Estácio de Sá;

Diogênes de Luca – Coronel da PM-SP;

Ilona Szabó de Carvalho - Diretora-executiva do Instituto Igarapé;

Raul Belens Jungmann Pinto - Ex-ministro da Segurança Pública.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 04/06/2019 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

TRAMITAÇÃO

04/06/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 12, de 2019

TRAMITAÇÃO

Ação: Na 18ª Reunião Extraordinária, nesta data, é realizada Audiência Pública destinada à instrução do PL 1864/2019, conforme Requerimento nº 12, de 2019-CCJ, de iniciativa do Senador Marcos do Val, com a presença dos seguintes convidados: BRUNO CALABRICH, Procurador Regional da República, representante do Sr. Deltan Martinazzo Dallagnol, Procurador da República; Sr. DOUGLAS FISCHER, Procurador Regional da República da 4ª Região; EDUARDO DE VILHENA TOLEDO, Advogado, representante do Sr. Felipe Santa Cruz, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. IVAN LIRA DE CARVALHO, Juiz Federal da 5ª Vara do Rio Grande do Norte e Professor de Direito Penal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; FÁBIO ALCEU MERTENS, Delegado de Polícia Federal, representante do Sr. Maurício Leite Valeixo, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal (DPF); RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO, Membro colaboradora da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradora Regional da República e Representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Sr. GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ, Doutor e Mestre em Direito Processual Penal pela USP; Sr. ROGÉRIO GRECO, Professor, Jurista e Ex-Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais, Sr. JOSÉ DARCY SANTOS ARRUDA, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo.

Usam da palavra o Senador Major Olímpio, as Senadoras Juíza Selma, Eliziane Gama, Zenaide Maia e o Senador Marcos do Val, Presidente em exercício da CCJ.

Justificam a ausência: Sr. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Sr. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Sra. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE, Procuradora-Geral da República; Sr. VLADIMIR BARROS ARAS, Procurador Regional da República da 1ª Região, Sr. RENÉ ARIEL DOTTI, Professor Titular de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná e Advogado; Sr. DIÓGENES LUCCA, Especialista em Segurança; Sra. ILONA SZABÓ DE CARVALHO, Diretora-Executiva do Instituto Igarapé; Sr. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO, Ex-Ministro da Segurança Pública.

24/04/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Na 11ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 11, de 2019-CCJ, de iniciativa do Senador Humberto Costa, e o Requerimento nº 12, de 2019-CCJ, de iniciativa do Senador Marcos do Val, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir o PL 1864/2019.

24/04/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Apresentado na Comissão nesta data às 12:39.

DOCUMENTOS

REQ 12/2019 - CCJ

Data: 24/04/2019

Autor: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1864/2019, que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Com os seguintes convidados: Procuradora-Geral da República; Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin - Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Douglas Ficher - Procurador Regional da 4ª Região; Vladimir Barros Aras - Procurador Regional da República; Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal (DPF); Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ivan Lira de Carvalho - Juiz Federal da 5ª Vara do Rio Grande do Norte;

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 12, de 2019

DOCUMENTOS

Deltan Dallagnol – Procurador da República;
René Ariel Dotti – Professor titular de Direito Penal da UFPR e advogado;
Gustavo Badaró – Doutor e Mestre em Direito Processual Penal pela USP;
Paulo Cesar de Freitas – Promotor de Justiça do MP-MG;
Wilman Rene Gonçalves Alonso – Coronel da PM-RJ;
Rogério Greco – Procurador de Justiça do MP-MG e Professor de Direito Penal da UUV;
José Darcy Santos Arruda – Delegado Geral da Polícia Civil do Espírito Santo e Professor de Direito Penal da Universidade Estácio de Sá;
Diogênes de Luca – Coronel da PM-SP;
Ilona Szabó de Carvalho - Diretora-executiva do Instituto Igarapé;
Raul Belens Jungmann Pinto - Ex-ministro da Segurança Pública.